



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 05 AO CONTRATO N. 027/2017.

TERMO ADITIVO N. 05 AO CONTRATO N. 027/2017

PROCESSO SEI N. [0002397-77.2017.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 027/2017

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 27/2017, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO), E A EMPRESA FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO COMPLETO DE ENGENHARIA EM PLATAFORMA BIM, PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA E DO NOVO FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 01.693.698/0001-30, com sede na Sia Sul, Quadra 4-C, Bloco D, Loja 37, CEP: 71.200-049, em Brasília/DF, Telefone(s): (61) 2103-9555 e (61) 99558-6123, E-mail(s): contratos.licit@foxengenharia.com.br e fox@foxengenharia.com.br, neste ato representada por seu preposto, Senhor **FRANCISCO DE ASSIS VARGAS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG 1.944.295/SSP-DF e CPF 277.414.946-00, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante no Despacho n. 513/2020-GABDG, de 08/04/2020 (evento [0523069](#)), celebram o presente Termo Aditivo,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mediante acordo entre as partes, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar de 29/05/2020 e data final em 24/11/2020, sem ônus para o Contratante; e

II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017, por mais 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar de 14/04/2020 e data final em 10/10/2020, sem ônus para o Contratante.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **Administração da CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, renovação da garantia contratual apresentada anteriormente, representada pela Apólice contida no evento [0277229](#), atualizada pelo endosso juntado no evento [0489719](#), com atual vigência até 12/07/2020, que deverá ter novo termo final em 22/02/2021, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sétima do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 57, I, §1º, V, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93, e na CLÁUSULA QUARTA, Subcláusula Quarta, do Contrato originário.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 08 de abril de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo Contratante	FRANCISCO DE ASSIS VARGAS Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Testemunha

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 09/04/2020, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DE ASSIS VARGAS, Usuário Externo**, em 09/04/2020, às 14:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 13/04/2020, às 08:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 13/04/2020, às 12:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0523088** e o código CRC **693E4AEB**.

0002397-77.2017.6.22.8000

0523088v3

Criado por 006007062364, versão 3 por 006007062364 em 08/04/2020 17:14:17.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002397-77.2017.6.22.8000

INTERESSADO: DIRETORIA-GERAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Análise de minuta de Termo Aditivo de **Prorrogação** do prazo de execução e vigência do Contrato Administrativo nº 027/2017 – Objeto: Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM — Contrato 27/2017/TRE/RO – Contratada: FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

PARECER JURÍDICO Nº 54 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, levou-se a cabo a contratação da sociedade empresária **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, para a prestação de serviços de engenharia consistente na elaboração de Projeto completo de Engenharia em plataforma BIM para a construção da nova sede do Tribunal Regional de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital, materializada no Contrato Administrativo nº 027/2017 ([0254602](#)).

02. A **vigência inicial** do referido contrato foi de **325** (trezentos e vinte e cinco) **dias**, contados a partir de 29/12/2017, e seu **prazo de execução de 275 dias** a partir de 03/01/2018 – data da emissão da nota de empenho. Após, três prorrogações dos referidos prazos, registrados no **Termo Aditivo nº 01** ([0341353](#)), **Termo Aditivo nº 02** ([0382506](#)), **Termo Aditivo nº 03** ([0425533](#)) e **Termo Aditivo nº 04**, os **termos finais dos prazos passaram a ser 28/05/2020 para vigência e 13/04/2020 para a execução**.

03. Pela Solicitação nº 1/2020 – COMISSÕES/CGEP (0517149), a Comissão Especial de Gestão de Contrato – CEGP se dirige ao presidente da comissão de fiscalização para que o mesmo se pronuncie com a necessária urgência a respeito do questionamento da contratada sobre a necessidade de prorrogação do prazo de execução e vigência ([0517147](#)).

04. Atendendo à solicitação da CGEP, a comissão de fiscalização se manifesta apresentando situações condicionantes para atender o pedido de dilação do prazo contratual (MANIFESTAÇÃO Nº 1/2020 - COMISSÕES/CFEP - [0517819](#)). Por sua vez a CGEP se manifesta analisando tanto a solicitação da empresa contratada como o posicionamento da comissão de fiscalização (MANIFESTAÇÃO Nº 2/2020 - COMISSÕES/CGEP – [0518589](#)), e ao final opina pela prorrogação dos prazos nos seguintes termos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Prazo de execução dos serviços: 180 dias, a contar de 13/04/2020, fixando o termo final para 10/10/2020 e,

b) Prazo de vigência do contrato: 180 dias, a contar de 28/05/2020, fixando o termo final para 24/11/2020.

05. Recebida a demanda pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC, o seu titular considerando a Manifestação CGEP [0518589](#) opina pela dilação do prazo de execução e vigência por mais 180 (cento e oitenta) dias, direcionando os autos a SECONT para elaboração do aditivo contratual e a esta Assessoria para parecer jurídico, consoante Despacho n. 555/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0519719](#)).

06. Em seguida a SECONT juntou aos autos a minuta do 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 27/2017 ([0519829](#)).

07. A manifestação da empresa contratada em concordância a necessidade da prorrogação dos prazos de execução e vigência veio aos autos pelo E-mail FOX, evento [0517147](#). É o breve e necessário relato.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

08. Inicialmente convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. [0002397-77.2017.6.22.8000](#)) até a presente data.

09. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO n. 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é de responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

10. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade da gestão da contratação, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa dos atos de gestão e fiscalização da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

11. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir à autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

12. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III – ANÁLISE JURÍDICA

13. Conforme já registrado por esta unidade jurídica em outros processos, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nessa linha, conforme manifestação expressa da Comissão de Gestão do Contrato nº 27/2017 (Manifestação nº 2/2020 – COMISSÕES/CGEP - [0518589](#)), decisão do Secretário da SAOFC pela prorrogação dos prazos no Despacho 555/2020 (evento [0519719](#)), complementado pela ciência da contratada da necessidade de dilação dos prazos ([0517147](#)), as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa dos serviços remanescentes.

14. Por sua vez, além de pactuada expressamente na **Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 027/2017**, a pretensão encontra abrigo no **inciso V, § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, verbis:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **admitem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis. (sem grifo no original).

15. Com relação ao prazo de execução, o § 1º do dispositivo acima traz a permissão para a sua dilação, basta apenas a comprovação da ocorrência de um dos motivos listados em seus incisos.

16. No caso em tela, o serviço não será concluído de acordo com o planejado, pois os projetos estão dependentes de aprovação dos órgãos da esfera estadual e municipal competente, necessária para finalização do serviço contratado. Esta situação, portanto, enquadra-se na hipótese do V, § 1º do dispositivo supracitado.

17. Sobre o tema, o doutrinador Marçal Justen Filho, em seu livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª edição, página 841, aduz, *in verbis*:

A Lei dá tratamento autônomo, no inc. V, a uma modalidade peculiar de “força maior”. **Trata-se do fato ou ato de terceiro, impeditivo da execução do contrato.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ao aludir “ato” ou “fato”, a lei engloba tanto atuações voluntárias como as involuntárias. **Elimina-se, desse modo, a necessidade de investigar o elemento subjetivo** que informava o terceiro quando promoveu a ação ou omissão obstaculizadora. A referência “terceiro” indica o evento relacionado à atuação de um sujeito de direito.

Segundo a Lei, o impedimento deve ser “reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência”. A intenção legislativa é evitar a fabricação artificial de impedimento que, na verdade, inoocorreram. (...) Por isso, o contratante deve comunicar à Administração o evento impeditivo, **tão logo ele se configure**. A Administração poderá comprovar, por si mesma, a efetiva ocorrência do impedimento. Observe-se que a elaboração de um “documento” é irrelevante. **O fundamental é a comprovação da ocorrência do impedimento e da relação de causalidade entre esse evento e a impossibilidade de cumprimento do prazo contratual**. Se a Administração confirma, através de sua atuação, a ocorrência do obstáculo impeditivo da execução da prestação, é irrelevante que produza (ou não) um documento. (sem grifo no original)

18. A veracidade dos fatos afirmados, que configura o nexo de causalidade entre o evento e a inviabilidade de atendimento do cronograma de execução estabelecido entre a Contratada e este Tribunal bem como a contemporaneidade dos documentos, pode ser averiguada pela análise dos processos instaurados para registro e tramitação dos atos de fiscalização e gestão do aludido Instrumento: [0000011-40.2018.6.22.8000](#) e [0000274-72.2018.6.22.8000](#). Ademais, a CGEP no item “d” da sua manifestação ([0518589](#)) sugere que a situação da análise dos projetos pelos órgãos da municipalidade seja levado ao conhecimento da Diretoria Geral e Presidência do TRE-RO.

19. É importante mencionar que o § 5º do art. 79 da Lei nº 8.666/93 estabelece a devolução ao contratado do interim durante o qual não houve execução por força das situações descritas no § 1º do art. 57 da mesma lei. Evidenciando que o lapso temporal no qual a empresa não pode prestar seus serviços devem ser devolvidos para a conclusão do objeto contratado.

20. Ademais, estes óbices examinados estão razoavelmente justificados pelas informações prestadas pela Comissão quanto à necessidade de prorrogar a execução e a vigência do Contrato nº 027/2017.

21. Quanto à prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, verifica-se que há previsão contratual na Subcláusula Quarta da Cláusula



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quarta ([0254602](#)) com fundamento no art. 57, inciso I e §§, da Lei n. 8.666/93 e restou demonstrada a necessidade de sua dilação em razão da ampliação do prazo de execução.

22. O Contrato n. 27/2017 ([0254602](#)) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA SÉTIMA - A Contratada deverá apresentar garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação e alteração, observados ainda os seguintes requisitos:

(...)

23. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA n. 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

24. A Corte de Contas orienta no sentido de que: **“Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção”** (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário)** (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. Acórdão 265/2010 - Plenário. (sem grifo no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. Acórdão 1573/2008 - Plenário. (sem grifo no original)

25. Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar a renovação da garantia conforme anotado na cláusula segunda da minuta do aditivo contratual, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SÉTIMA do ajuste.

IV – CONCLUSÃO

26. Nesses termos, considerando, sobretudo, a manifestação da CGEP, esta unidade jurídica **opina pela prorrogação dos prazos de execução e de vigência do ajuste, por mais 180 (cento e oitenta) dias**, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93 e **Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª, do Contrato Administrativo n. 27/2017 ([0254602](#))**.

27. Quanto à minuta do **Quinto Termo Aditivo juntada aos autos ([0519829](#))**, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **merecendo reparo apenas no seguinte:**

- No preâmbulo onde se lê MINUTA TERMO ADITIVO N. 04 AO CONTRATO N. 027/2017, corrigir para MINUTA TERMO ADITIVO N. 05 AO CONTRATO N. 027/2017e,

- DO FUNDAMENTO LEGAL (Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93), corrigir para DO FUNDAMENTO LEGAL (Artigo 57,I,§1º,V, da Lei 8.666/93).

28. Do mais, o instrumento está apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim sendo, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica APROVA os seus termos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

29. Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

À consideração da autoridade superior.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 03/04/2020, às 17:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0520723** e o código CRC **DD26D64E**.

0002397-77.2017.6.22.8000

0520723v11

Criado por 004891562321, versão 11 por 004891562321 em 03/04/2020 17:51:31.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

DESPACHO Nº 513 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela SEMAP para contratação de pessoa jurídica especializada em serviços técnicos de engenharia, para elaboração de Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM, nas especialidades descritas no Termo de Referência e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seus anexos **para construção da nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital (0239507)**.

Após regular procedimento licitatório este Tribunal e a empresa FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA firmaram o Contrato 027/2017 ([0254602](#)) com vigência de 325 (trezentos e vinte e cinco) dias corridos contados a partir de 29/12/2017 e com prazo de execução de 275 dias contados a partir de 03/01/2018, data da emissão da nota de empenho. Depois de três prorrogações registrados no **Termo Aditivo nº 01 ([0341353](#))**, **Termo Aditivo nº 2 ([0382506](#))**, **Termo Aditivo nº 3 ([0425533](#))** e **Termo Aditivo nº 04 ([0482209](#))**, os termos finais dos prazos passaram a ser 28/05/2020 para vigência e 13/04/2020 para a execução.

Mediante a Solicitação n. 1/2020/COMISSÕES/CGEP ([0517149](#)) a Comissão Especial de Gestão de Contratos - CGEP requereu informação da Comissão de fiscalização acerca do questionamento da contratada sobre a necessidade de requerer prorrogação dos prazos de execução e vigência ([0517147](#)). A qual se manifestou pela exigência de condições à contratada para que pudesse requerer a dilação do prazo ([0517819](#)). Veio aos autos a Manifestação n. 2/2020 ([0518589](#)) da CGEP asseverando que, após obter concordância verbal da Comissão de Fiscalização, opina pela prorrogação dos prazos de execução e vigência por 180 (cento e oitenta) dias e pela renovação da garantia representada pela Apólice constante do evento [0277229](#), no prazo de 10 (dez) dias, com término em 22/02/2021, caso seja deferida a prorrogação dos prazos.

Dessa forma, pelo Despacho 555 ([0519719](#)) o titular da SAOFC remeteu os autos à SECONT, com vistas à elaboração da minuta de termo aditivo e à AJDG para emissão de parecer jurídico ([0523042](#)). Em seguida, juntou-se a minuta do 5º Termo Aditivo ao Contrato n. 27/2017 ([0519829](#)).

Os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica desta Diretoria Geral – AJDG para análise e emissão de parecer jurídico, ocasião em que concluiu pela possibilidade de efetivação da prorrogação dos prazos de **execução** e de **vigência** contratual por mais 180 (cento e oitenta) dias, assim como aprovou os termos da minuta do quinto termo aditivo juntada no evento n. [0519829](#), alertando para alteração da numeração constante do preâmbulo e do fundamento legal descrito na referida minuta ([0520723](#)).

A Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC manifestou-se pela possibilidade da prorrogação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pela autoridade competente do Contrato Administrativo nº 027/2017 ([0254602](#)), por 180 (cento e oitenta) dias ([0523042](#)).

Juntada nova minuta do 5º Termo Aditivo com as alterações sugeridas pela AJDG vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, cabe registrar que não haverá necessidade de reforço da Nota de Empenho 2017NE001116 ([0255099](#)), haja vista a prorrogação solicitada não gerar custos adicionais, pois limita-se tão somente à dilação de prazo no termo final de vigência e execução do contrato 027/2017.

No tocante à possibilidade de **prorrogação do prazo de execução do contrato**, a Lei de Licitações traz no § 1º do artigo 57 as seguintes hipóteses permissivas:

"Art. 57 [...]

[...]

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis." (destacamos)

No presente caso, é possível observar que **está presente a hipótese do inciso V** a autorizar a prorrogação do prazo de execução do contrato em questão, uma vez que a Comissão de Gestão, em sua Manifestação 2 ([0518589](#)) atesta a ausência da aprovação de alguns projetos que integram o objeto da presente contratação, e que a demora da conclusão decorre de sua natural tramitação nos órgãos competentes para as análises, o que inviabiliza temporariamente a entrega do objeto da demanda.

No tocante a possibilidade de **prorrogação do prazo de vigência do contrato** nos termos previstos no inciso I do Art. 57 da lei de licitações, conforme **orientação do TCU** (Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral da Presidência : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010, pág.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

765), a **prorrogação contratual** está condicionada aos **seguintes pressupostos**:

- a) existência de previsão para prorrogação no edital e no contrato;
- b) objeto e escopo do contrato inalterados pela prorrogação;
- c) interesse da Administração e do contratado declarados expressamente;
- d) vantajosidade da prorrogação devidamente justificada nos autos do processo administrativo;
- e) manutenção das condições de habilitação pelo contratado;
- f) preço contratado compatível com o mercado fornecedor do objeto contratado.

Passa-se à análise dos **requisitos necessários à prorrogação à luz do situação em evidência**:

a) **Previsão no edital e contrato**: Item 12.3 da Cláusula 12 do Edital (evento n. [0245724](#)) e do Contrato n. 027/2017 em sua Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta e letra "w" da Cláusula Décima Segunda (evento n. [0254602](#));

b) **Objeto e escopo do contrato inalterado**: a proposta de prorrogação destina-se unicamente a dilação de dias no termo final de vigência e execução do contrato, não havendo alteração em seu objeto a ser contratado;

c) **Interesse da Administração e contratado**: A Administração demonstra através da Manifestação 2 ([0518589](#)) e Manifestação 160 ([0523042](#)) a necessidade de se operar a presente prorrogação afim de devolver a contratada o prazo em que não concluiu a execução da demanda por força as situações descritas no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93. O interesse da contratada restou demonstrado no e-mail FOX (evento [0517147](#));

d) **Vantajosidade na prorrogação**: está demonstrada tendo em vista que a execução do objeto contratado já se encontra na última etapa para conclusão, restando tão somente pendências administrativas de aprovação de projetos, bastando para tanto aguardar o transcurso de prazo razoável estipulado pelos órgão aprovadores com manutenção do contrato com a atual licitante vencedora, além de que aguardar o prazo estipulado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para prorrogação propiciará a esta Administração a conclusão de todo o teor da execução dos projetos afim de evitar, futuramente, falhas que possam inviabilizar sua execução, o que certamente seria amplamente desvantajoso para este Tribunal;

e) Manutenção das condições de habilitação do contratado: deve ser verificada por ocasião da assinatura do aditamento, através de consulta nos sistemas próprios de registro (SICAF, CEIS, TCU e CNJ), conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93 e letra "T" da Cláusula Décima Segunda do Contrato; e

f) Preço contratato compatível com o do mercado: A prorrogação limita-se tão somente a 180 (cento e oitenta) dias o que não traz impactos em alterações nos preços de mercado que já foram analisados previamente no curso do presente procedimento licitatório como o mais vantajoso para que se operasse a contratação com esta Administração.

Assim, de modo geral, estão presentes, no conjunto, os elementos necessários a balizar a prorrogação nos prazos de execução e vigência do contrato sob análise.

Deve-se, por fim, registrar que, com fundamento no art. 56, da Lei n. 8.666/93, **a CONTRATADA deverá apresentar à Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo, renovação da garantia contratual apresentada inicialmente**, com validade durante a execução do Contrato e 90 (noventa) dias após o término da nova vigência contratual indicada, nos termos item 1 da CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato Administrativo n. 027/2017 e sistematizada na Cláusula Segunda da minuta SECONT ([0523051](#)).

Diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, I, § 1º, inciso V, da Lei n. 8.666/93, bem como da previsão constante da Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta **do Contrato Administrativo nº 027/2017**, esta Diretora-Geral, com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/201/GP:

a) autoriza a prorrogação dos prazos de vigência e execução do contrato 027/2017, por 180 (cento e oitenta) dias, sendo a execução com início em 14/4/2020 e fim em 10/10/2020 e a vigência a partir de 29/5/2020 até 24/11/2020, com fundamento no art. 57, I, §1º, V, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª do Contrato, materializada em termo aditivo, cuja minuta foi aprovada pela Assessoria Jurídica ([0523051](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

b) Notificação da contratada para apresentar nova garantia contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo, com validade durante a execução do Contrato e até 90 (noventa) dias após o término da nova vigência contratual indicada, nos termos item 1 da CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato Administrativo n. 027/2017; e

c) Verificação prévia à assinatura do termo aditivo das condições de habilitação da contratada, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93 e letra "T" da Cláusula Décima Segunda do Contrato.

À SAOFC para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 08/04/2020, às 16:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0523069** e o código CRC **4ED8740E**.

0002397-77.2017.6.22.8000

0523069v22

Criado por 004577222313, versão 22 por 004577222313 em 08/04/2020 16:04:42.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Publicação do Extrato do 5º Termo Aditivo ao Contrato TRE-RO n. 027/2017, assinado em 09/04/2020. Contratada: FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ n. 01.693.698/0001-30. Objeto: I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar de 29/05/2020 e data final em 24/11/2020,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sem ônus para o Contratante; e II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017, por mais 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar de 14/04/2020 e data final em 10/10/2020, sem ônus para o Contratante. Fundamentação: Art. 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93, e na CLÁUSULA QUARTA, Subcláusula Quarta, do Contrato originário. Ato de Autorização: DESPACHO Nº 513/2020 - PRES/GABDG, de 08/04/2020. Signatários: pelo Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e pela Contratada, o Senhor FRANCISCO DE ASSIS VARGAS. Processo SEI n. 0002397-77.2017.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 13/04/2020, às 08:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0523156** e o código CRC **724E812F**.

0002397-77.2017.6.22.8000

0523156v3

Criado por 006007062364, versão 3 por 006007062364 em 13/04/2020 08:19:11.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 71, terça-feira, 14 de abril de 2020

Processo nº 0001171-18.2019.6.13.8000; 1ª TA ao Contrato 155/18; Contratada: BS Administração & Terciarização Eireli; Vigência: A partir da data de assinatura; Objeto: Revisão; Valor: R\$138.79; Classificação: Não há; PT: Não há; NE: Não há; Fundamento Legal: Art. 65, §5º, da Lei nº 8.666/93; Signatários: Adriano Denardi Júnior - Diretor-Geral pelo TRE-MG e Rogério Rafael Pinto - Proprietário, pela Contratada; Assinatura: 02/04/2020.

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

DIRETORIA-GERAL

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais torna público o Registro de Preços, resultante do Pregão Eletrônico nº 13/2020, conforme Ata nº 08/2020 com validade até 29/03/2021 e Processo nº 19.0.00004631-3. Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de memórias flash tipo pendrive. Empresa vencedora e valor unitário dos itens: MISTER MICRO PARANÁ LTDA. (R\$28,02).

O inteiro teor das Atas encontra-se disponível no endereço eletrônico www.tre-mg.jus.br.

Belo Horizonte - MG, 13 de abril de 2020.

ADRIANO DENARDI JÚNIOR
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2020 - UASG 70019

Nº Processo: 10291/2019. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) durante as sessões ordinárias, extraordinárias e solenes e eventos com público externo do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 14/04/2020 das 08h00 às 17h59. Endereço: Rua João Parolin, 224 - Parolin Sala c 389, Prado Velho - Curitiba/PR ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70019-5-00016-2020. Entrega das Propostas: a partir de 14/04/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/04/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JULIAN VELOSO PUGH
Pregoeiro

(SIASnet - 07/04/2020) 70019-00001-2020NE999999

SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 8/2020

Considerando que a empresa PLANOS CONSTRUÇÕES LTDA ME, CNPJ 06.270.510/0001-65, encontra-se em lugar incerto, não sabido, convocamos a mesma para, querendo, consultar o Processo Administrativo PAD 7358/2018, que teve origem no contrato 137/2011 (Tomada de Preços nº 02/2011 - PAD nº 7374/2011) e damos ciência de decisão de arquivamento do referido processo, em virtude da ocorrência do prazo prescricional.

Curitiba-PR, 13 de abril de 2020.
SILMARA APARECIDA LASKOSKI
Secretária de Gestão de Serviços

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2020 - UASG 70010

Nº Processo: 0023538-25.2019. Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de Material de Processamento de Dados, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO I) do Edital. Total de Itens Licitados: 23. Edital: 14/04/2020 das 08h00 às 14h00. Endereço: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160, Gracias - Recife/PE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70010-5-00014-2020. Entrega das Propostas: a partir de 14/04/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 28/04/2020 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JOANA D ARC SIMÕES DE BARROS
Pregoeira

(SIASnet - 07/04/2020) 70010-00001-2020NE000054

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2020 - UASG 70010

Nº Processo: 0029076-84.2019. Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais gráficos, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO I) do edital. Total de Itens Licitados: 6. Edital: 14/04/2020 das 08h00 às 14h00. Endereço: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160 - Gracias - Recife/PE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70010-5-00015-2020. Entrega das Propostas: a partir de 14/04/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 29/04/2020 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ELIANE RODRIGUES DE CARVALHO SILVA
Pregoeira

(SIASnet - 13/04/2020) 70010-00001-2020NE000054

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2020 - UASG 70006

Nº Processo: 0019541-07.2019. Objeto: Escolha da melhor proposta de preços para contratação de serviços de operação de equipamentos eletroacústicos, de videoconferência e de multimídia para o TRE-PI. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 14/04/2020 das 08h00 às 13h00. Endereço: Praça Des. Edgar Nogueira - Centro Cívico, S/n, Cabral - Teresina/PI ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70006-5-00018-2020. Entrega das Propostas: a partir de 14/04/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 28/04/2020 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br.

EDILSON FRANCISCO RODRIGUES
Pregoeiro

(SIASnet - 13/04/2020) 70006-00001-2019NE000038

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SEÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DE RESCISÃO

Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº 16/2006, referente à locação de imóvel destinado ao funcionamento do cartório e depósito da 119PZ, em Faxinal do Soturno-RS, firmado entre o TRE-RS e o Sr. Renato Rubin e a Sra. Vilma de Mello Rubin. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 79, II, da Lei 8.666/1993. Data da rescisão: 22-4-2020. SIGNATÁRIOS: Des. Marlene Bonzanini, Sr. Renato Rubin e Sra. Vilma de Mello Rubin. Proc. SEI nº 0002212-95.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 13-4-2020.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo nº 02 ao Contrato nº 20/2018, referente à prestação de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional mediante utilização de código de seleção de prestadora (CSP), firmado entre o TRE-RS e a empresa OI S.A. - Em Recuperação Judicial. OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato original, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Marlene Bonzanini, Sr. Carlos Alberto da Costa Barbosa e Sr. Jean Silva. Proc. SEI nº 0003399-41.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 13-4-2020.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Extrato do SP T.A. ao Contrato TRE-RO 027/2017, de 09/04/20. Contratada: FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ 01.693.698/0001-30. Objeto: I) Prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias corridos, a contar de 29/05/2020 e II) Prorrogar o prazo de execução por mais 180 dias corridos, a contar de 14/04/2020. Fundamentação: Art. 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93, e na CLÁUSULA 4ª, Subcláusula 4ª, do Contrato. Autorização DESPACHO 513/GABDG, de 08/09/20. Signatários: LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Contratada, FRANCISCO DE ASSIS VARGAS. Processo 0002397-77.2017.6.22.8000.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Extrato da ARP nº 09 a 18/2020, Pregão Eletrônico TRE-RO 06/2020. Processo SEI 0002005-37.2019.6.23.8000 - ARP 19/2020 - Adjudicatária: MICRODATA SISTEMAS ELETRONICOS LTDA. CNPJ: 09.492.650/0002-57. Objetos: I) Item 23 do Edital. CARTÃO PERSONALIZADO PARA IDENTIDADE FUNCIONAL - Cartão SmartCard em PVC. Unid.: Unid. Quant.: 300. Valor Unid.: 10,00. Valor Total da ARP: 3.000,00. Vigência ARP: 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinada por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO, em 13/04/2020 e pelo representante da empresa.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA DIRETORIA-GERAL

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com fundamento no Decreto 7.892/2013, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 07/2020, referente ao Pregão Eletrônico nº 02/2020, Procedimento Administrativo SEI nº 0002066-57.2019.6.23.8000, assinada em 09.04.2020, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para contratação futura e eventual de empresa para o fornecimento de materiais de higiene e limpeza. O valor total da Ata ficou definido em R\$ 17.338,50 (dezessete mil, trezentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), cujo o objeto foi adjudicado ao fornecedor N K CARVALHO DE OLIVEIRA - EPP, CNPJ nº 20.827.979/0001-83, conforme a seguir: Itens: 15-lustra móveis, 100 und, WORKER, vir. Unit. R\$ 4,01; 21-odorizador de ambiente, 200 und, GLAIDE, vir. Unit. R\$ 7,00; 25-papel higiênico, 4.500 rolos, JAPSEL, vir. Unit. R\$ 1,00; 27-papel toalha, 700 pct, JAPSEL, vir. Unit. R\$ 3,35; 30 - rodo de alumínio, 20 und, NK, vir. Unit. R\$ 147,85; 31-sabão em barra, 400 pct, FB, vir. Unit. R\$ 4,15; 36-saco para lixo, 200 pct, JACKPLAST, vir. Unit. R\$ 9,85; 38-vassoura pop, 70 und, MANAUARA, vir. Unit. R\$ 5,55; 40-lixeira para coleta seletiva de resíduos, 20 und, PLASVALE, vir. Unit. R\$ 85,85. Assinam: pelo TRE/RR, ALEX CAON FIN, Diretor-Geral, e pela Beneficiária, NAYLLA KIANE CARVALHO DE OLIVEIRA.

A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site www.tre-rr.jus.br.

ALEX CAON FIN
Diretor-Geral

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com fundamento no Decreto 7.892/2013, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 13/2020, referente ao Pregão Eletrônico nº 07/2020, Procedimento Administrativo SEI nº 0002070-37.2019.6.23.8000, assinada em 09.04.2020, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para contratação futura e eventual de empresa para o fornecimento de materiais de copa e cozinha. O valor total da Ata ficou definido em R\$ 664,75 (seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), cujo o objeto foi adjudicado ao fornecedor N K CARVALHO DE OLIVEIRA - EPP, CNPJ nº 20.827.979/0001-83, conforme a seguir: Itens: 1 - tapa para água, 30 und, NADIR, vir. Unit. R\$ 6,36; 3 - garrafa térmica, 5 und, INVICTA, vir. Unit. R\$ 94,79. Assinam: pelo TRE/RR, ALEX CAON FIN, Diretor-Geral, e pela Beneficiária, NAYLLA KIANE CARVALHO DE OLIVEIRA.

A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site www.tre-rr.jus.br.

ALEX CAON FIN
Diretor-Geral

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, com fundamento no Decreto 7.892/2013, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 18/2020, referente ao Pregão Eletrônico nº 05/2020, Procedimento Administrativo SEI nº 0002176-96.2019.6.23.8000, assinada em 09.04.2020, com vigência de 1(um) ano a contar da assinatura, para contratação futura e eventual de empresa para o fornecimento de cartuchos/toners e fitas para impressão. O valor total da Ata ficou definido em R\$ 20.131,20 (vinte mil, cento e trinta e um reais e vinte centavos), cujo o objeto foi adjudicado ao fornecedor NOBRE DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA EIRELI, CNPJ nº 34.983.860/0001-04, conforme a seguir: Item 1 - Cartucho/Toner para Impressora, 120 und., SANSUG, vir. Unit. R\$ 167,76. Assinam: pelo TRE/RR, ALEX CAON FIN, Diretor-Geral, e pela Beneficiária, ROSELEI DONATI.

A especificação completa do objeto encontra-se no Edital do referido pregão, disponibilizado no site www.tre-rr.jus.br.

ALEX CAON FIN
Diretor-Geral



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/sistema/validacao.html>, pelo código 0530202004140090





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos